

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 775.065 - SP (2015/0221119-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **SOLUCOES EM ACO USIMINAS S.A**
ADVOGADOS : **GUSTAVO GODINHO CAPANEMA BARBOSA - MG074330**
CRISTIANE FAZZA E OUTRO(S) - SP273307
AGRAVANTE : **LUIZ EDUARDO FRANCO DE ABREU**
AGRAVANTE : **NSG CAPITAL ASSET MANAGEMENT S/A**
ADVOGADOS : **EDUARDO MARIOTTI - RS025672**
PEDRO GUILHARDI E OUTRO(S) - SP258552
AGRAVADO : **OS MESMOS**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. SENTENÇA ARBITRAL. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. 2. AJUIZAMENTO DE AÇÃO ANULATÓRIA, NO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS, NOS TERMOS DO ART. 33, § 1º, DA LEI 9.307/96, CONTADOS DO RESPECTIVO TRÂNSITO EM JULGADO, SOB PENA DE DECADÊNCIA. INOBSERVÂNCIA. 3. PREJUDICADAS AS DEMAIS QUESTÕES. 4. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL DE **LUIZ EDUARDO FRANCO DE ABREU E NSG CAPITAL ASSET MANAGEMENT S.A.**

DECISÃO

Na origem, Soluções em Aço Usiminas S.A. interpôs agravo de instrumento decorrente de decisão que, em cumprimento de sentença, rejeitou a sua impugnação, condenando-lhe ao pagamento dos ônus sucumbenciais. Também afirmou que seria indispensável a promoção de liquidação prévia do crédito, e ainda reconheceu a incidência da multa prevista no art. 475-J do CPC/1973, fixada em 10%, mesmo após a prestação do seguro-garantia.

Interposto recurso de apelação por Soluções em Aço Usiminas S.A., a Primeira Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu, por unanimidade, dar provimento ao apelo, em aresto assim ementado (e-STJ, fl. 1.322):

Cumprimento de sentença arbitral – Impugnação – Interpretação do

art. 33, §3º da Lei 9.307/1996 – Decadência descaracterizada – Ausência de falha formal no título executivo judicial – Respeito ao princípio da congruência – Análise dos cálculos apresentados – Falta de liquidez – Preço ajustado não pode ser considerado de maneira seccionada – Imperfeição – Extinção decretada – Recurso provido.

Opostos embargos de declaração por Soluções em Aço Usiminas S.A., Luiz Eduardo Franco de Abreu e NSG Capital Asset Management S.A., foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.347-1.352).

Nas razões do recurso especial, Luiz Eduardo Franco de Abreu e NSG Capital Asset Management S.A., com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, alegaram violação aos arts. 471, 475, I, § 2º, e 535, II, do CPC/1973; e 33, §§ 1º e 3º, da Lei n. 9.307/1996, ao argumento de omissão no acórdão recorrido acerca do prequestionamento dos arts. 471 e 475-I, do CPC/1973.

Além disso, sustentaram a decadência do direito da recorrida em ver anulada a sentença arbitral, isso porque o prazo de até 90 (noventa) dias expirou muito antes da apresentação da impugnação pela recorrida, uma vez que, "as partes foram notificadas do último aditamento à sentença arbitral em 23/03/2012, e a arguição de nulidade veio trazida, por meio da impugnação, apenas em 09/10/2012" (e-STJ, fl. 1.379).

Apontaram, ainda, que, mesmo considerando a impugnação ao cumprimento de sentença como meio hábil para suscitar eventual nulidade elencada no art. 32 da Lei n. 9.307/1996, esta arguição deve respeitar o prazo de 90 (noventa) dias previsto no § 1º do art. 33 da mesma lei.

Aduziram também o reconhecimento da improcedência da impugnação ao cumprimento de sentença, tendo em vista ofensa à coisa julgada, pois o Tribunal arbitral já havia decidido sobre a possibilidade de execução parcial da sentença, mesmo diante da existência de parte ilíquida.

Contrarrazões apresentadas às fls. 1.441-1.459 (e-STJ).

O Tribunal local não admitiu o processamento do recurso especial ante a falta de ofensa ao art. 535 do CPC/1973, bem como pela ausência de vulneração aos demais dispositivos tidos por violados e pela incidência da Súmula 7 do STJ.

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante mencionar que, nos termos do Enunciado Administrativo n. 2 do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

Consoante análise dos autos, a alegação de violação ao art. 1.022 do CPC/2015 não se sustenta, uma vez que o Tribunal de origem examinou, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial na medida necessária para o deslinde da controvérsia, ainda que em sentido contrário à pretensão dos recorrentes.

É o que se extrai do seguinte trecho dos embargos de declaração (e-STJ, 1.350-1.352 - sem grifo no original):

Não há omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada, só servindo ambos os embargos para veicular o inconformismo dos embargantes, não sendo possível alterar o comando já pronunciado.

Quanto às alegadas liquidez e possibilidade de execução parcial da sentença arbitral, repete-se:

"Além da ação específica, prevista no §1º do mencionado artigo 33, a rescisão da sentença arbitral pode, também, ser postulada por meio de impugnação a seu cumprimento, não havendo, nesta segunda hipótese, um regime estrito quanto ao prazo (Araken de Assis, Manual da Execução, 16ª ed, RT, São Paulo, 2013, p.192). Resulta, então, que não pode ser reconhecida, no caso concreto, a extinção de direito de titularidade da ré-impugnante." (fls. 1.324).

No que se refere à proposta nulidade, constou do acórdão embargado:

"Houve, à evidência, uma decomposição, nos itens do dispositivo da sentença arbitral, de maneira que a falta de correspondência direta não chegou a implicar numa vulneração da adstrição necessária e prevista no artigo 460 do CPC. Uma parcela dos pedidos formulados pela autora foi deferida, contrapondo-se outra, que foi indeferida, sem que haja acréscimo. O pedido formulado pela autora, apesar de se referir a montantes exato, não era derivado de uma única origem e foi apreciado de maneira estanque, em separado quanto a cada um de seus componentes, ocorrendo parcial acolhimento da

pretensão. Não é possível, nesse sentido, afirmar a presença de um vício invalidante e capaz de impossibilitar o prosseguimento do cumprimento de sentença." (fls. 1.326).

Soma-se que a procedência da impugnação dispensa a apreciação das demais questões ventiladas. Como constou do acórdão:

"A procedência da impugnação, portanto, é de rigor, prejudicadas as demais matérias ventiladas neste recurso, extinguindo-se o cumprimento de sentença e invertendo-se os ônus da sucumbência." (fls. 1.329).

Os pontos controvertidos foram tratados especificamente e é pretendida uma imprópria rediscussão do mérito das questões, propondo-se reexame.

Assim, nada há para ser alterado, não se concretizando omissão, contradição, obscuridade ou ofensa aos prequestionados dispositivos legais.

Registre-se, a propósito, que o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todos os pontos suscitados pelas partes, mas apenas sobre os considerados suficientes para fundamentar sua decisão, o que foi feito na hipótese.

No que diz respeito à alegação de decadência do direito da recorrida, o Tribunal de origem asseverou o seguinte (e-STJ, fls. 1.323-1.324):

Foi rejeitada, por via da decisão agravada, impugnação ajuizada pela recorrente e referente a cumprimento de sentença fundado em sentença arbitral.

I. De início, é preciso ressaltar estar descaracterizada a decadência proposta pelo agravado, pois o §3º do artigo 33 da Lei 9.307/1996 viabiliza o ajuizamento de impugnação, mesmo após o decurso do prazo de noventa dias previsto no §1º do mesmo dispositivo, versando sobre a validade da sentença arbitral.

Com o advento da Lei 11.232/2005, não há mais a previsão da interposição de embargos de devedor diante de um título judicial, tendo sido alteradas as formas procedimentais, de tal maneira que a exceção feita para ditos embargos é, hoje, aplicável à impugnação ao cumprimento de sentença (Ruy Rosado de Aguiar Júnior, *A Arbitragem e a Atuação do Juiz, in "Execução Civil e Temas Afins - Estudos em Homenagem ao Professor Araken de Assis*, RT, São Paulo, 2014, p.932). Não se concebe outra maneira de interpretar a Lei 9.307, cabendo atualizar sua leitura.

Além da ação específica, prevista no §1º do mencionado artigo 33, a rescisão da sentença arbitral pode, também, ser postulada por meio de impugnação a seu cumprimento, não havendo, nesta segunda hipótese, um regime estrito quanto ao prazo (Araken de Assis, *Manual da Execução*, 16a ed, RT, São Paulo, 2013, p.192). Resulta, então, que

não pode ser reconhecida, no caso concreto, a extinção de direito de titularidade da ré-impugnante.

Contudo, em relação ao prazo decadencial estabelecido no art. 33, § 1º, da Lei n. 9.307/1996, no julgamento do REsp n. 1.519.041/RJ, de minha relatoria, ao apreciar o tema, firmou-se entendimento de que, "a parte prejudicada deve valer-se imediatamente da ação anulatória (no prazo de 90 dias) para infirmar a sentença arbitral (parcial ou definitiva) que tenha decidido definitivamente a questão" e, também que essa incumbência decorre da própria lei de regência (Lei n. 9.307/1996, inclusive antes das alterações promovidas pela Lei n. 13.129/2015).

Essa é a ementa do julgado (sem grifo no original):

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA DE SENTENÇA ARBITRAL. 1. PROLAÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL PARCIAL. ADMISSÃO, COM ESTEIO NA LEI N. 9.307/96 (ANTES MESMO DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI N. 13.129/2015), NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (COM REDAÇÃO DADA PELA LEI N. 11.232/2005) E, PRINCIPALMENTE, NO REGULAMENTO DE ARBITRAGEM ACORDADO EXPRESSAMENTE PELOS SIGNATÁRIOS DO COMPROMISSO ARBITRAL (UNCITRAL). **AJUIZAMENTO DE AÇÃO ANULATÓRIA, NO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS, NOS TERMOS DO ART. 33, § 1º, DA LEI 9.307/96, CONTADOS DO RESPECTIVO TRÂNSITO EM JULGADO, SOB PENA DE DECADÊNCIA. INOBSERVÂNCIA. 2. DELIMITAÇÃO SUBJETIVA DA ARBITRAGEM. CONTRATOS COLIGADOS. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO E UNITÁRIO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. 3. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.**

1. No âmbito do procedimento arbitral, nos termos da Lei n. 9.307/96 (antes mesmo das alterações promovidas pela Lei n. 13.129/2015), inexistente qualquer óbice à prolação de sentença arbitral parcial, especialmente na hipótese de as partes signatárias assim convencionarem (naturalmente com a eleição do Regulamento de Arbitragem que vierem a acordar), tampouco incongruência com o sistema processual brasileiro, notadamente a partir da reforma do Código de Processo Civil, veiculada pela Lei n. 11.232/2005, em que se passou a definir "sentença", conforme redação conferida ao § 1º do art. 162, como ato do juiz que redunde em qualquer das situações constantes dos arts. 267 e 269 do mesmo diploma legal.

1.1 Em se transportando a definição de sentença (ofertada pela Lei n. 11.232/2005) à Lei n. 9.307/96, é de se reconhecer, portanto, a absoluta admissibilidade, no âmbito do procedimento arbitral, de se prolatar sentença parcial, compreendida esta como o ato dos árbitros que, em definitivo (ou seja, finalizando a arbitragem na extensão do que restou

decidido), resolve parte da causa, com fundamento na existência ou não do direito material alegado pelas partes ou na ausência dos pressupostos de admissibilidade da tutela jurisdicional pleiteada.

1.2 A ação anulatória destinada a infirmar a sentença parcial arbitral – único meio admitido de impugnação do *decisum* – deve ser intentada de imediato, sob pena de a questão decidida tornar-se imutável, porquanto não mais passível de anulação pelo Poder Judiciário, a obstar, por conseguinte, que o Juízo arbitral profira nova decisão sobre a matéria. Não há, nessa medida, qualquer argumento idôneo a autorizar a compreensão de que a impugnação ao comando da sentença parcial arbitral, por meio da competente ação anulatória, poderia ser engendrada somente por ocasião da prolação da sentença arbitral final. **Tal incumbência decorre da própria lei de regência (Lei n. 9.307/96, inclusive antes das alterações promovidas pela Lei n. 13.129/2015), que, no § 1º de seu art. 33, estabelece o prazo decadencial de 90 (noventa dias) para anular a sentença arbitral. Compreendendo-se sentença arbitral como gênero, do qual a parcial e a definitiva são espécies, o prazo previsto no aludido dispositivo legal aplica-se a estas, indistintamente.** E, segundo restou devidamente consignado no acórdão recorrido, a possibilidade de julgamento fatiado, por meio do proferimento de sentença parcial, foi expressamente admitido pelas partes, a partir do Regulamento de Arbitragem da UNCITRAL por elas eleito.

2. A indiscutível coligação e conexão entre os contratos celebrados, para o fornecimento, intermediação e aquisição de gás natural, a evidenciar, portanto, o nexo de funcionalidade dos ajustes, não subtrai a autonomia e a individualidade da relação jurídica inserta em cada contrato, com partes e objetos próprios. Por contratos coligados compreende-se a celebração de dois ou mais contratos autônomos, mas que guardam entre si um nexo de funcionalidade econômica, a propiciar a consecução de uma finalidade negocial comum.

2.1 O objeto da ação promovida pela Termopernambuco em face da Copergás, perante o Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem, consiste em saber se a Copergás, ao proceder ao aludido repasse de valores por ocasião da revenda do gás natural à Termopernambuco, infringiu ou não a cláusula que estipulou o preço no contrato entre elas estabelecido (GSA downstream), para a aquisição de gás natural. O “preço” nada mais é do que a própria obrigação contratual assumida pela Termopernambuco no âmbito do GSA *downstream*. Por consectário, a composição do preço pelo qual a Termopernambuco adquire gás natural da Copergás é matéria necessariamente disciplinada no mencionado ajuste (GSA *downstream*) e, por óbvio, enseja a vinculação somente das partes contratantes.

2.2 Não se olvida que a consecução do negócio econômico em comum, perseguido pelas partes e viabilizado pela coligação dos contratos, depende, naturalmente, do cumprimento das obrigações contratuais de todos os envolvidos, no bojo dos respectivos ajustes. Indiscutível, nessa medida, que as partes de cada relação contratual tenham reciprocamente interesses jurídico e econômico quanto à

perfectibilização dos ajustes como um todo. Essa circunstância, todavia, não torna um dos contratantes titular dos direitos e obrigações discutidos no bojo do outro contrato coligado.

2.3 A partir da delimitação do objeto da contenda arbitral, pode-se antever com segurança que o provimento de mérito perseguido na arbitragem, independente de seu desfecho, não teria o condão de repercutir diretamente na esfera jurídica da Petrobrás, que, é certo, não titulariza a relação jurídica representada pelo contrato GSA *downstream*. Por consectário, não se haveria de cogitar, igualmente, que o provimento arbitral regularia de modo uniforme a situação jurídica dos supostos litisconsortes (a Copergás e a Petrobrás).

3. Seja pela fluência do prazo decadencial da ação anulatória para infirmar o comando exarado na sentença parcial arbitral, seja principalmente pela não conformação de litisconsórcio passivo necessário e unitário a ser integrado pela Petrobrás no âmbito da arbitragem, dá-se provimento ao presente recurso especial, para reconhecer a validade da sentença arbitral definitiva no tocante à delimitação subjetiva da arbitragem, determinando-se, por conseguinte, a remessa dos autos ao Tribunal de origem para prosseguir na análise dos fundamentos remanescentes, estes sim, relacionados à sentença arbitral final.

Na esteira do fundamento acima expendido, merece reforma o acórdão recorrido, uma vez que se extrai dos autos que foi exaurido o prazo decadencial de 90 (noventa) dias para o ajuizamento da ação anulatória, a fim de infirmar o comando exarado na sentença arbitral.

Impende ressaltar que, nos termos do art. 33, § 1º, da Lei de Arbitragem, o interessado pode postular, perante o Poder Judiciário, a anulação da sentença arbitral, desde que o faça, no prazo decadencial de até 90 (noventa) dias, após o recebimento da notificação da sentença, uma vez ultrapassado esse lapso temporal, não é permitido reclamar, por meio de Embargos do Devedor e/ou Impugnação, a declaração de nulidade da sentença, com fundamento nas matérias descritas no art. 32 da Lei n. 9.307/1996.

Em vista disso, tem-se como prejudicadas as demais questões.

Diante do exposto, conheço do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial de Luiz Eduardo Franco de Abreu e NSG Capital Asset Management S.A., a fim de reconhecer a decadência do direito da recorrida para o ajuizamento da impugnação ao cumprimento de sentença decorrente da sentença arbitral.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator